

O ESCOLA SEM PARTIDO E O DISCURSO SOBRE UMA SUPOSTA "IDEOLOGIA DE GÊNERO"

FABIANA APARECIDA DE CARVALHO

Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil

ALEXANDRE LUIZ POLIZEL

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, Paraná, Brasil

RESUMO: Numa análise discursiva amparada por teorizações foucaultianas e feministas, o presente artigo aponta as distorções ideológicas do Escola Sem Partido (ESP), os efeitos constitutivos dos Projetos de Lei em tramitação e os efeitos de dispositivo que tensionam docilizar os corpos, apagar a alteridade e a diversidade escolar e gerar a contraposição à construção cultural do gênero. O ESP é uma proposição de cunho neoliberal que se coliga com interesses conservadores e conforma uma biopolítica escolar. O cruzamento com o combate a uma suposta "ideologia de gênero", a recusa do feminismo e da militância e a coligação com outros movimentos conservadores estão destacados, ao longo da escrita, como dispositivos que ameaçam a liberdade de expressão, as práticas docentes e a pluralidade de ideias nas escolas brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Feminismo. Escola Sem Partido. Biopolítica. Discursos.

1 – PARA INÍCIO DE CONVERSA: A INFÂMIA EM TRÊS FATOS¹

1) Em 1961, o cineasta William Wyler adaptou para o cinema a obra "The Children's hour", de Lillian Hellman, cuja materialidade fílmica encorpa a história de duas professoras fundadoras de um internato para meninas ricas numa pequena cidade da costa leste americana que, no roteiro, simbolizava um território tomado pela estratificação social e pelos princípios da tradição puritana e dos bons costumes apregoados no país. Vítimas de suposições, difamação e de calúnia providas das acusações de uma aluna, que contava mentiras a bel-prazer e com o intuito de manipular as regras quanto à realização de suas obrigações e atividades curriculares, as docentes foram acusadas de conduta não natural, o que colocaria em cheque os dogmas morais da localidade, principalmente por se tratar, no âmbito do insinuado, de um relacionamento lesbiano. A história, adensada por um clima psicologicamente devastador e sombrio de dúvidas, culpas e incriminações introjetadas, conduz-nos, como espectadoras/es, às conseqüências de uma impostura que culminou na falência da escola e no arraso das vidas profissionais e pessoais das donas do colégio. Os julgamentos proferidos e as

acusações inapeláveis retratados na trama são uma metáfora alusiva ao período de caça às bruxas do macarthismo estadunidense – uma política de Estado centrada na delação promovida pelo Comitê de Atividades Antiamericanas, entre as décadas de 1940 e 1960, com o pretexto de denunciar, vigiar e prender comunistas ou pessoas com associações socialistas ou contrárias aos valores tradicionais vigentes. "Infâmia" é título dado em português para um filme que joga com as ambigüidades da mentira, da dúvida e da perda da honra, de sermos capturadas por discursos que inventam pessoas e o que essas podem fazer ou não em sociedade. É uma obra de ficção que expõe os agravos da condenação às cegas, da vigilância e da imposição moral.

2) Durante a visita de Jair Bolsonaro em Maringá (PR), no dia 26 de abril de 2017, uma centena de pessoas, sob os gritos de "Mito" e "Já ganhou", apoiava enfaticamente sua pré-candidatura à Presidência da República em 2018. Outro pequeno grupo, composto por representantes das lutas encampadas por mulheres e por LGBTQIAs, protestava contra o discurso proferido pela comitiva e pelos fãs, e foi, diletamente, alvo dos xingamentos e das provocações proferidas pelo Deputado Federal do alto de seu palanque. Prometendo acabar com o que chamou de "ensino do sexo" e do "comunismo" na escola, Bolsonaro apontou para as militantes sociais acusando-as de ser o mal que a sociedade deve combater; ridicularizou também os apelos feministas e negros e convocou as/os jovens seguidoras/es a estarem com ele na moralização do Brasil. No mesmo íterim, um estudante secundarista gravou um vídeo com a participação do político, guiando-se pelo mote de acusação e de denúncia da doutrinação realizada pela professora de sociologia que, numa discussão em sala de aula e a título de exemplificar atos de corrupção, fez menção ao aparecimento do nome de Bolsonaro nos escândalos na lista de desvios financeiros de Furnas e no propinoduto gerenciado pela empresa JBS. O vídeo viralizou rapidamente pela rede social Facebook sem o conhecimento e o consentimento da docente, expondo o perfil da mesma e seu alinhamento ao feminismo negro a toda sorte de comentários violentos, fóbicos, racistas, agressivos e acusatórios proferidos por seguidoras declaradas do político, dos movimentos sociais que empunham posturas ultra-liberais e da organização ESP. A história da professora, que retirou sua conta da rede por medo, constrangimento e para que se evitasse visibilidade a ameaçar seu emprego em escolas públicas e da rede particular, é o exemplo dos atravessamentos dos corpos profissionais e pessoais pelas políticas da raiva, da culpabilização e da intimidação promovidas por movimentações conservadoras e fundamentalistas no âmbito social e político do país.

3) Uma professora de pós-graduação filiada a uma universidade catarinense está sendo processada por sua ex-aluna. O motivo: a divergência de posicionamento entre as duas quanto aos estudos feministas e ao papel das mulheres em sociedade. A aluna, que se reconheceu cristã, conservadora e antifeminista, alegou ter sido constrangida pela orientadora e sua concepção de gênero durante as aulas, requerendo indenização por danos morais e por difamação de suas convicções religiosas e pessoais. Declarou-se também adepta ao ESP, de quem recebeu convites para postar vídeos no canal YouTube, reportando-se ao caso e desqualificando a instituição e a orientadora com palavras fóbicas que, fatidicamente, causaram constrangimento à docente. Muitos desses vídeos viralizaram rapidamente pela rede social Facebook à revelia da professora, expondo seu

perfil, seus alinhamentos teóricos e de vida a toda sorte de comentários violentos, sexistas e acusatórios proferidos por seguidoras/es declaradas/os de movimentos sociais que empunham posturas de direita e da organização Escola Sem Partido. A tônica da aluna é dada pela crítica a um suposto totalitarismo de professoras/es e a acusação de que essas/es se manifestam ideologicamente em temas sociais e contundentes como educação sexual, racismo, ensino religioso e diversidade étnico-cultural. Diversas entidades como a Associação Nacional de História (ANPUH), grupos de pesquisa e de militância moveram moções de apoio e solidariedade à docente. O processo segue em andamento. A aluna sustenta o feminismo como antinatural. A professora se sentiu abalada pela exposição excessiva de seu nome em perseguições infames e infundadas. O caso segue em julgamento, sob segredo de justiça, na comarca da capital do Estado de Santa Catarina.

Os três fatos descritos estão borrados de ficção e verdade e podem ser deslocados para pensarmos que, no emblemático momento pós-impeachment de Dilma Rousseff e da ascensão de coalisões conservadoras no país, cada uma de nós, leitoras/es e docentes, poderíamos performar (por força de imposição e denúncia) quaisquer dessas personagens que se viram questionadas por suas posturas sociais, mas, também em episódios persecutórios de suas práticas profissionais, das liberdades de ensino, expressão e de cátedra. Esses fragmentos são deslocados como exemplos da atuação de tecnologias de poder que determinam e agem na conduta das pessoas a fim de se criar táticas de governo e de regulação de suas vidas (FOUCAULT, 1988) e, no caso, escolhem a escola para se estabelecer o que pode ser dito ou não, eleito ou não, e padronizado como norma. Eles também adensam a escrita deste artigo cuja análise, a partir de pesquisa documental, debruça-se sobre as enunciações e apontamentos discursivos apresentados no site do ESP e nos Projetos de Lei (PL) apresentados nas instâncias legislativas, criticados aqui à luz das teorizações foucaultianas. Essas teorizações escrutinam enunciados, posições e dispositivos para perguntar como certos discursos são postos em circulação, que forças e poderes os ampararam, que cruzamentos possuem com outros dispositivos que visam a normatização social (FOUCAULT, 1987; 1988), e também de estudos feministas que tomam o gênero como uma categoria política de análise (SCOTT, 1995) que atravessa a construção cultural dos corpos, das pessoas, das performances sociais (BUTLER, 2003). Além desses marcos de rumo e análise, autoras/es que investigam a rápida ascensão do ESP são trazidas/os ao texto para compor uma crítica ao movimento e à sua investida direcionada à escola.

Problematizamos os efeitos constitutivos dos discursos dispersados nas bases ideológicas da organização, especialmente em relação à sua cruzada contra os estudos de gênero e ao feminismo - rotulados como antinaturais e como posições ideológicas que corroboram para a corrupção das/os estudantes e das disciplinas da educação básica. Essa distorção de proposições e de ideologias (negociada nas/por relações de poder e saber) envolve dispositivos advindos de dogmas religiosos e escolhe como alvo da supressão das políticas escolares os corpos e as materialidades femininas, LGBTTQIAs, étnicas e aquelas/es que apregoam o pensamento crítico, a problematização das condições históricas e o pensamento divergente da ordem normativa.

1- A EMERGÊNCIA DE UMA BIOPOLÍTICA PARA OS CORPOS ESCOLARES BRASILEIROS

O ESP foi fundado em 2004 por Miguel Nagib, advogado e ex-procurador do Estado de São Paulo, vinculado a grandes corporações particulares de ensino e à Think tank2 Instituto Millenium e, consubstancialmente, cresce em termos de adesão, vinculação partidária e apresentação de PL em todo país. Tais ações visam, estrategicamente, cercear o ensino nas escolas públicas. A decisão de iniciar e coordenar a organização decorreu da ideia de controle parental por sobre as tomadas de decisões na escola da filha de Nagib e de suas posturas pessoais contrárias aos pressupostos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO/ONU), particularmente no que diz respeito à promoção de políticas públicas igualitárias e equitativas e à proposição de temáticas sociais voltadas à superação de violências, racismos, preconceitos e classismos nas escolas. No site da organização, há uma declaração de que as Escolas funcionariam como sequestradoras da boa vontade das/os estudantes, num mecanismo doutrinário semelhante à Síndrome de Estocolmo, no qual discentes tidas/os como reféns acabariam cativas/os e capturadas/os afetivamente pelas posturas ideológicas de suas/eus professoras/es (ESCOLA SEM PARTIDO, 2017).

O movimento, entretanto, não é novo em termos de filosofia de atuação. Baseia-se nos ideários conservadores das ONGs estadunidenses "No indoctrination", "Accuracy in Academia" (AIA) e "Accuracy in Media" (CARVALHO; POLIZEL, 2017), que rejeitam a educação problematizadora, a educação multicultural e a redução de incentivos financeiros para as práticas equitativas de direitos e respeito às minorias, atacando algumas proposições de cunho social e as epistemologias feministas que visam à eliminação de discriminação e desigualdades ao equiparar, por exemplo, os direitos de mulheres e de homens. O objetivo dessas instituições é sempre a denúncia de preconceito, de perseguições ou de ensino de cunho ideológico professado por docentes e o combate das consideradas posturas críticas como aquelas defendidas, no caso do Brasil, por Paulo Freire e sua Pedagogia do Oprimido, por Milton Santos e a proposição da Geografia Crítica, por Frei Beto e as correntes filosóficas vinculadas à Teologia da Libertação, e pelos Estudos Feministas, que avançaram nos debates sobre gênero e disseminaram demandas incorporadas nos currículos escolares oficiais a partir da década de 1990. Logo, numa distorção que opera pela leitura enviesada e superficial das bases e dos fundamentos dessas teorizações o ESP categoriza a todas como doutrinação marxista, ideologia esquerdo-partidária e deterioração comunista dos valores morais.

Como organização atrelada a corporações particulares de educação, sistemas de ensino, famílias, empresas e igrejas, motiva-se por três objetivos: "a descontaminação e desmonopolização política e ideológica das escolas; o respeito à integridade intelectual e moral dos estudantes; e o respeito ao direito dos pais de dar aos seus filhos uma educação moral que esteja de acordo com suas convicções" (CARA, 2016, p. 4). E se apoia na ideia de interdito dos saberes científicos no espaço educacional, considerando os posicionamentos das/os professoras/es (cunhados como doutrinadoras/es) um impedimento à liberdade de aprender e ao pluralismo de ideias.

Embora haja PL baseados no ESP propostos nas esferas estaduais e municipais, dois especificamente ganharam destaque nacional: o PL 867/2015, de autoria do Deputado Federal Izalci Lucas (PSDB), visando incluir o ESP na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) com o intuito de regimentar: a neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado, o pluralismo de ideias, as liberdades de crença, o reconhecimento da vulnerabilidade das/os estudantes, o direito de interferência familiar na educação moral, a proibição da doutrinação política conflitante com as convicções religiosas ou morais dos pais, o cerceamento da liberdade das professoras em questões políticas, sócio-culturais e econômicas, a afixação de um cartaz de 70 X 50 cm com deveres docentes para que as/os estudantes saibam diagnosticar a doutrinação, a interferência no Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD) e nas avaliações de vestibulares e concursos para o ingresso em carreira docente. Ressaltamos que essas medidas não se tratam de ações inocentes, mas, primeiramente, de interferências precisas na LDB/1996 que afetariam a autonomia escolar e os princípios laicos do Estado ao se implantar uma indistinção entre o público e o privado; e, à segunda vista, culminam na implantação de uma tecnologia de poder pastoral (que observa e gesta regras de conduta) e de controle panóptico (FOUCAULT, 2014), que criará regulamentações no espaço escolar, o qual será vigiado por mecanismos de medos, por práticas delatativas, coercitivas e pela interiorização de culpas ao não se comportar de acordo com o programa.

Na mesma esteira, o PL 193/2016, de autoria do Senador Magno Malta (PR), é uma versão estendida do primeiro, delegando ao Estado o poder de vigilância sobre quaisquer práticas capazes de comprometer o amadurecimento natural das/os alunas/os que não sejam harmônicas com a identidade biológica de sexo. Veta, especialmente, a aplicação dos postulados advindos de teorias e dos estudos decorrentes de uma suposta "ideologia de gênero", clamando a pluralidade de ideias advindas de casa. A base constitutiva do PL, que ainda tramita pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, endossa um modelo de notificação extrajudicial disponível no site do movimento como a arma mais poderosa da família no direito sobre as filhas/os (ESCOLA SEM PARTIDO, 2017), que se aplicaria não somente aos casos de doutrinação descritos, mas que se estenderia com a ameaça de judicialização das abordagens docentes, das discussões de sexualidade e gênero, mesmo aquelas pautadas pelos pressupostos dos Parâmetros Curriculares Nacionais e mesmo com a declaração de inconstitucionalidade emitida pelo Ministério Público Federal³, que aponta a ilegalidade da censura das discussões.

O ESP, portanto, imbuído de dispositivos, ou seja, de práticas, discursos, aparelhagens, ferramentas, enunciados que organizam, constituem e adensam os sujeitos escolares (FOUCAULT, 1988), visa implantar ordenamentos, vigilâncias, coerção e a proibição de temáticas sociais e de direitos humanos, além de rejeitar discussões sobre os gêneros e as sexualidades, tomando o feminismo e a militância como distorções ideológicas que degradam a escola. Trata-se, sob um entendimento foucaultiano, de um biopoder sobre os corpos discentes e docentes e de uma biopolítica atenta à população e à governança da vida social a partir das escolas. Do ponto de vista das epistemologias feministas, a organização pode ser considerada um processo de subalternização a impor "violências epistêmicas" (SPIVAK, 2014), à medida que seus proponentes tomam o lugar de outrem ou universalizam as/os sujeitos da escolarização e suas famílias em negociações e tutelas que descaracterizam o lugar social e as legitimidades das pessoas em termos de direitos, opiniões e liberdades de expressão. As arbitrariedades que foram

escamoteadas por uma falsa ideia de pluralismo de opiniões afetam diretamente as posições dos grupos minoritários que, no decorrer das últimas três décadas do cenário político brasileiro, conquistaram visibilidade nas arenas sociais e levaram para os documentos e territórios escolares as demandas específicas de suas classes sociais, etnias, identificações de gênero e de seus pertencimentos culturais. Logo, além de gerar controle, o maior efeito do ESP é manter a inteligibilidade de corpos, pessoas e escolas desejáveis pelo poder hegemônico (BUTLER, 2012), relegando condições de abjeção, invisibilidade e de minimização de direitos para as materialidades não brancas, não heteronormativas e não detentoras de fluxos econômicos.

Apontamos, a seguir, as questões mais tocantes aos estudos feministas e às temáticas de gênero tracionadas pelos ESP.

2 – ENTRE O CRUZAMENTO DA "IDEOLOGIA DE GÊNERO" COM PROPOSIÇÕES E DOCUMENTOS EDUCACIONAIS

No Brasil, a popularização do movimento não pode ser analisada sem tracionar seu vínculo com alguns setores das Igrejas Católicas e Pentecostais e com as/os representantes políticas/os contrários à laicidade do Estado que estão, dentro das condições de votação ou tomada de decisões públicas, orientadas/os por dogmas e preceitos religiosos. Antes de 2014, por exemplo, a expressividade do ESP era pífia e circunscrita a poucas palestras de Miguel Nagib e à disseminação de ideias em sites inexpressivos nas redes sociais. O crescimento de adeptas/os em volume e participação nas decisões sociais adveio, no mesmo ano, com a cruzada contra os estudos feministas, empreendida por aquelas/es que combatem os aportes de uma suposta "ideologia de gênero".

Neste sentido, os episódios de votação dos Planos Decenais de Educação - em âmbito Federal no ano de 2014 e, no período subsequente, nas esferas Estaduais e Municipais, são exemplos emblemáticos de um verdadeiro controle que, discursivamente, incidiu na opinião pública quanto à denegação de mulheres, negras/os e de LGBTQIAs em políticas educativas. Com a apresentação de argumentos religiosos que descaracterizaram os científicos e se cruzaram com proposições dogmáticas (muitas das quais, preconceituosas e fascistas), as/os legisladores alteraram e suprimiram conceitos, terminologias e metas pertinentes ao combate da desigualdade de gênero e de outras desigualdades sociais, o que abriu brechas interpretativas para que a cultura dominante determine o que entenderá por políticas e por investimentos educacionais necessários para a conformação de práticas e políticas sociais de apoio às minorias. A justificativa decorreu da tese de que a promoção da igualdade dos gêneros desconstruiria os valores tradicionais da família, as leis naturais e biológicas e a base religiosa defensora da determinação sexo/gênero ao nascimento. O pano de fundo da questão, entretanto, remete ao fato de que a inclusão do gênero nas metas obrigaria as/os legisladores, posteriormente, a tomarem posicionamentos quanto à criminalização das violências e fobias e quanto à inserção de políticas educacionais e de saúde para mulheres e pessoas

trans gênero, o que está na contramão da perspectiva de redução da responsabilidade do Estado e da minimização de gastos públicos.

Paulatinamente, as medidas derivadas das votações dos Planos e da visibilidade do viés conservador dos PL e do site do ESP adentraram nos ideários escolares e familiares como dispositivos de sexualidade (FOUCAULT, 1988) e como investidas de uma dinâmica de poder que normatiza corpos, gêneros, prazeres, vivências, tomando-os em função de ideais regulatórios que lhes impõe uma materialização a ser governada (BUTLER, 2012), e os subordinam a uma sociedade que exclui, compulsoriamente, aquilo que ela mesma classifica e patologiza. Ao se visitar, por exemplo, as proposições do movimento em seu site, mais de 49 postagens que perfazem depoimentos, vídeos e artigos escritos por advogadas/os, psicólogas/os, pais e mães (ESCOLA SEM PARTIDO, 2017) fomentam a invisibilização e a condenação de iniciativas escolares que abordam temas como violências de gênero, desigualdade, diversidade sexual, preconceitos raciais e sexuais, além de descaracterizar grupos de pesquisa acadêmicos, feministas, militantes, práticas e debates questionadores das relações de poder, das práticas heteronormativas, das discriminações e violências de gênero e dos apagamentos dos LGBTTTQIA. Os materiais e livros didáticos também são alvos de críticas e perseguições, pois seriam, segundo o site, os principais inculcadores do pensamento da "ideologia de gênero" e do construcionismo subjetivo e sócio-relacional dos corpos na cabeça das crianças e jovens, o que projeta o ESP como um severo interpelador do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) e das campanhas educativas promovidas pelo Ministério da Educação (MEC), como a um censor dos conteúdos, práticas e intervenções escolares que confluem para as discussões de gênero e sexualidade.

Logo, o combate à "ideologia de gênero" nas proposições do movimento está amparado por falácias e discursos que elegem a religião como "totem e tabu" incontestes. Como imperativo de verdade, os dogmas disseminados pelo ESP acabam, portanto, por corroborar para passividade das/os estudantes nos processos democráticos de construção de respeito, para minimizar suas participações nos debates públicos sobre gênero e para esvaziar das demandas escolares os temas que problematizam a vida em sociedade. Neste sentido, a educação neutra almejada por suas/seus defensoras/es, conforme aponta Ximenes (2016), vincular-se-ia à reprodução da ideologia discriminatória, machista, misógina, racista e "homolesbotransfóbica" de outras instâncias educacionais. Vale destacar também que, sob a égide do cuidado e da preservação dos costumes, o dispositivo religioso coliga-se às estratégias de governabilidade das/os sujeitos escolares e implanta a preferência por uma educação conservadora e tecnicista, que reproduz os papéis sociais estereotipados e opressivos para mulheres e homens, que criminaliza o trabalho pedagógico e que realoca a escola num obscurantismo de posições anticientíficas e a-históricas. A escola é estrategicamente capturada por interesses econômicos de corporações que apregoam a ideologia da exclusão, a pedagogia do medo, a intolerância à pluralidade de saberes e o desmantelamento da escola pública com finalidades lucrativas.

3 – A RECUSA DE BASES TEÓRICAS E MILITANTES ADVINDAS DO FEMINISMO

Para compreender a aversão à epistemologia feminista, é necessário perfazer um caminho digressivo para localizar como insurgem as condenações dos estudos e da

militância de gênero apregoadas pelo ESP. Em destaque na apresentação da web página da organização, por exemplo, encontramos um vídeo com o título "Ideologia de gênero e que se dane a lei" (apresentado por uma youtuber que se declara cristã, feminina e politicamente incorreta), distorcendo as bases legais presentes na legislação brasileira (em consonância com o trabalho com temas ligados aos gêneros e contra a violência), principalmente ao alegar que as mesmas fazem parte de um marxismo cultural que opera por uma lavagem cerebral dentro de universidades, de grupos militantes e de escolas (ESCOLA SEM PARTIDO, 2017). Esse discurso perfaz uma adulteração cínica da verdade histórica e se entrelaça à também difundida concepção de que o gênero desconstrói as realidades universalistas defendidas pelo cristianismo: o sexo justificado pela procriação, a família natural, a maternidade como sina abnegada das mulheres, a hegemonia masculina, a criação divina, o fixismo dos corpos e das sexualidades, o interdito do aborto e o sistema patriarcal de dominação, sempre apoiado na ideia de governo do mundo por um deus masculino e soberano, entre outras.

Tanto fundamentalistas católicas/os quanto evangélicas/os empunham, desde o final da década de 1990, nos Estados Unidos e em países sul-americanos, africanos e europeus com forte influência de lideranças religiosas, arbitrariamente críticas à agenda de gênero da ONU e da UNESCO, implantada, ao que dizem, sob influência do ativismo feminista e como perspectiva de governança mundial. De acordo com suas concepções dogmáticas, o propósito da militância seria gerar um Gender Establishment (O'LEARY, 1997) cujos objetivos abarcam: o controle populacional, a liberdade sexual, a promoção dos direitos gays, lésbicos, transexuais e transgêneros, o apoio ao multiculturalismo, o apoio aos movimentos ambientalistas e às causas ecológicas, o vínculo teórico às bases marxistas, pós-modernistas e desconstrutivistas e a incorporação da perspectiva de gênero em todo programa e política nos setores públicos e privados. Acreditam que o gênero tenha nascido em laboratórios de ciências humanas, sendo enxertados gradativamente na revolução feminista dos anos de 1960-1970, na revolução cultural dos anos de 1980, nas proposições internacionais dos órgãos e comunidades internacionais, - sobretudo as advindas da Conferência Populacional do Cairo (1994) e da Conferência Mundial sobre as Mulheres de Pequim (1995), que consagraram a igualdade dos direitos e o gênero como constructo decorrente das relações de poder e dos padrões socioculturais impostos a mulheres e homens (PEETERS, 2015). E mais: apontam que, não satisfeitas, as feministas deliberadamente implantariam o nonsense da homossexualidade e promoveriam a diversidade de orientações sexuais inclassificáveis ou *queers*, a deturpar a mente de jovens e a implodir a vida heterossexual conjugal. Nas acepções apontadas pelos movimentos religiosos e pelo ESP, a ideia de *queer*⁴ é, contudo, uma subversão radical da ordem natural e divina, desessencializada da normalidade e perigosamente atrelada à desestabilização identitária e social. A filósofa francesa Simone de Beauvoir, e o apontamento social constitutivo do se fazer mulher; a americana Eve Sedwick, e sua epistemologia do armário; a australiana Raewyn Connel, e as chaves para se entender o campo de embate dos gêneros em termos de uma arena reprodutiva; a hispânica Paul Beatriz Preciado, e a discussões das tecnologias sexuais na conformação dos corpos; e a americana Judith Butler, e a explicação dos efeitos de poder e de constituição dos atos de performatividade que podem ser reiterados, deslocados ou

desconstruídos na conformação de pessoas femininas, masculinas ou não binárias, são as teóricas mais apontadas e difamadas pelo conteúdo do site, justamente, por desprenderem, na construção de suas teorizações, o gênero da ontologia biológica e das preleções religiosas atreladas ao determinismo naturalístico.

4 – UMA “IDEOLOGIA DE GÊNERO”: UM DISCURSO DECALCADO DE MOVIMENTOS CRISTÃOS

Conforme apontado, essa bandeira discursiva do ESP, cujo emblema se pauta no combate a uma suposta "ideologia de gênero", não é inédita tampouco nova. As discussões relacionadas aos gêneros e sexualidades no cenário político nacional têm-se tornado cada vez mais exibidas na espetacularização dos tramites das políticas públicas que tocam, mobilizam e se pautam em questões de educação, de saúde, de direitos e de segurança.

Neste quadro, alguns movimentos conservadores que se atrelaram aos interesses neoliberais do capital e do mercado, conclamam as naturalizações biológicas e suas tradições culturais para a manutenção do status quo. No cruzamento com a representatividade política religiosa presente na Câmara, no Senado, nas Assembléias Estaduais, em Câmaras de Vereadoras/es ou mesmo em grupos culturais organizados, as articulações com discursos dogmáticos e fixistas são sustentadas por movimentos cristãos, confessionais e ecumênicos, como exemplo o Pró-vida e o Pró-família, que se declaram contrários à descriminalização do aborto e a toda proposição científica ou filosófica que se interpõe, contrasta ou contradiz à chamada lei natural da vida. Eles se instauram ativamente nos meios culturais, na internet e, principalmente, no cerne das instituições parlamentares (SANTOS, 2015). Assim, a pessoa política associada a tais movimentos torna-se, também, uma moeda de troca que alavanca votos da sociedade civil.

Outras organizações e movimentos cristãos associaram-se ao Pró-Vida e se uniram para produzir as/os inimigas/os a ser combatidas/os: as/os "ideólogas/os de gênero" que se encontram na militância, nos centros de pesquisas, nas universidades e nas escolas como professoras/es e simpatizantes dos direitos LGTBTTQIA. Essa concepção também se tornou a pauta central de muitos movimentos evangélicos e católicos que exercem atividades missionárias e educativas na América Latina, África e Ásia. Outro objetivo em comum é o combate à "Agenda Gay" (em conjunto com o combate à "Agenda de Gênero"). Vale destacar que suas/seus representantes no cenário legislativo do país defendem a família tradicional e visam, entre outras ações, impedir a realização das metas destacadas na Conferência do Cairo, principalmente as que tangem aos direitos sexuais e reprodutivos (LACERDA, 2017; ARAGUSUKU, 2016; VILLAZÓN, 2014)5.

De acordo com Junqueira (2017), os grupos conservadores, que criaram discursivamente a "ideologia de gênero" como ameaça, estão empenhados em estabelecer uma categoria política reacionária, difundida desde 1998, por intermédio do documento eclesiástico "La ideologia de género: sus peligros y alcances", emitido pelo Monsenhor Oscar Alzamora Revoredo, bispo auxiliar de Lima (Peru), pertencente à ordem marianista, um braço ultraconservador da Igreja Católica Romana. Essa orientação episcopal foi a base referencial para O'Leary (1997), apontada como especialista no combate ao discurso de construcionismo dos gêneros, articular a égide moralista do Pró-

Vida e as posições antagônicas em relação à Conferência de Pequim. Além desse documento, no Brasil o respaldo ao discurso religioso encontra eco também nas obras: "La Ideología del Género o el género como herramienta de poder" e "Ideologia de Gênero: o neototalitarismo e a morte da família", de Jorge Scala (2012; 2010) e no livro "Ideologia de Gênero", organizado por Ives Gandra (SILVA-MARTINS; BARROS-CARVALHO, 2016), jurista, advogado vinculado ao Pró-Vida e ao Prelado Católico Opus Dei. A síntese dessas obras é apregoar o gênero como farsa, como antinatural e como ideologias maldosas derivadas de lobbies homossexual, feminista, existencialista, construtivista social, existencialista e ateu.

Aliado a essas convicções, o ESP encontra condições de dispersão e de sustentação na agenda católica e pentecostal, articulando suas proposições ao conclave por um revisionismo escolar que se pauta na interferência da ordem privada, a família, numa instituição de domínio coletivo, estatal e público, a escola. Tanto o ESP quanto o Pró-Vida mantêm dispositivos de negação e de controle da educação para os gêneros e sexualidades na veiculação de enunciados e discursos que colocam a família como ameaçada e os órgãos governamentais e de ensino como maquinarias de doutrinações ideológicas responsáveis pela dissolução da moral vigente.

5 – O AVANÇO DO MOVIMENTO JUNTO A OUTRAS PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONSERVADORAS

Num breve recorte, podemos dizer que o ESP encontrou terreno fértil para sua ascensão a partir de conjunturas políticas que minaram as ações referentes: i) à promoção dos direitos sexuais, reprodutivos, da defesa da laicidade e da livre expressão no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH); ii) que promoveram proibições e sanções ao Programa Educacional Brasil sem Homofobia; iii) que eliminaram, como já explicitado, as metas favoráveis ao combate de discriminações de gênero nos Planos de Educação (XIMENES, 2016). Entretanto, vale frisar que uma das razões de seu aumento em volume, adesão e representatividade encontra-se causa e consequência nas movimentações e protestos apartidários que tomaram as ruas em 2013 na defesa do liberalismo, do livre mercado, e deram visibilidade para posicionamentos políticos autoritários e polarizados. A esses fatores soma-se, ainda, a sua vinculação panfletária ao Movimento Brasil Livre (MBL) - entidade empenhada na eliminação da representatividade política esquerdopartidária e co-responsável por algumas das articulações e protestos que impulsionaram a opinião pública em relação ao afastamento de Dilma Rousseff, em 2015.

Ambas as organizações defendem, em termos de políticas educativas, a legalização do *homeschooling* (educação domiciliar que aumenta o poder de interferência familiar na instrução de filhas), a apresentação do ESP em legislativos estaduais e municipais, a redução de impostos para escolas privadas, a militarização de escolas em áreas de risco social, a gestão privada da escola pública por organizações sociais e sistemas de ensino particulares, a facilitação da expansão da rede privada via financiamento institucional, o incentivo à produção científica nas áreas de exatas e biológicas e a extinção das abordagens de temas contundentes pelas ciências humanas.

Essas posturas, em conjunto com as políticas neoliberais, cruzam-se com e fortalecem as bancadas representantes de igrejas, do agronegócio e do armamento (conhecidas como "Bala, Boi e Bíblia") - que conclamam a moralidade no país ao se revestir de autoridade religiosa, da evocação da família e da estabilidade financeira para justificar a inflexibilidade de suas posições no processo democrático de direitos, investimentos e de políticas.

Recentemente, em abril de 2017, durante o processo que discute e sistematiza a nova Base Nacional Curricular Comum (BNCC), o MEC, a exemplo da votação dos planos nas casas legislativas, cedeu às pressões de grupos religiosos e das/os defensoras/es do ESP, excluindo, uma vez mais, as expressões "identidade de gênero" e "orientação sexual" do currículo comum, o que impacta negativamente as competências de ensino de educadoras/es, a proposição de objetivos educacionais e conteúdos curriculares e a construção de habilidades e táticas de respeito para com a diversidade junto às/aos estudantes. A ONU emitiu nota contrária e cobrou posicionamento do governo brasileiro em relação à subordinação legislativa às influências do ESP e ao cerceamento de conteúdos escolares. Apesar da solicitação de resposta do organismo internacional, o movimento tenta se firmar para além dos PL por meio de clamores imediatistas, midiáticos, interferências em processos de tomadas de decisão e respaldados pelos discursos de crise moral, econômica e educacional no país. Destacam-se: i) as tentativas de implantar emendas na Medida Provisória 746/2016, que alterou as políticas de fomento para o Ensino Médio; ii) a participação de representantes em Comissão Especial no Congresso, que deverá julgar a inclusão dos valores de familiares sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à moral, educação sexual e religiosa; iii) a interferência nas respostas enviadas à ONU pelo Itamaraty, alegando que a tramitação de todos os PL seguem democraticamente no Brasil; iv) a constante reincidência na elaboração de notificações extrajudiciais como recurso coercitivo para minar a autonomia docente; v) o cerceamento conservador das políticas do PNLD/MEC e acusações junto ao Ministério Público para extinguir a distribuição de livros com caráter doutrinador; vi) a deliberada acusação de sites, blogs, militantes e movimentos feministas em prol de pautas como o aborto, o rigor na aplicabilidade da Lei Maria da Penha, a exortação das articulações negras e periféricas, as políticas humanitárias de migração, o empoderamento das mulheres em relação a salários dignos, o incentivo aos direitos e arranjos familiares diferenciados, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora não tenha, ainda, alterado os dispositivos da LDB/96 e nem se configurado como lei oficial (apesar da aprovação da Lei da Escola Livre em Alagoas, o Ministério Público Federal emitiu Liminar sobre sua inconstitucionalidade), o movimento perfaz uma pedagogia do medo e da violência a oprimir pessoas e a mobilizar uma concepção de ciência ligada aos conhecimentos hegemônicos que, sob o disfarce da neutralidade dela própria, do ensino e do ordenamento técnico do planejamento,

mormente sustenta bases ideológicas que naturalizam as desigualdades de raça, classe e gênero.

As táticas de negação ao feminismo e ao gênero contribuem para perpetrar um "estado de exceção" (AGAMBEN, 2004) para as escolas públicas, firmando discursos travestidos de estatutos legalizados e com o intuito de instalar absolutismos morais e perseguições. Embora o movimento, dada a sua ilegalidade, seja uma falácia ideológica, a cada dia, em alguma localidade do país ele avança como argumento de autoridade e como estatuto que mobiliza injúrias e infâmias contrárias à proposição de uma educação libertária. Sob esse prisma, O ESP já é assumido por muitas/os críticas/os, organizações civis e instituições de pesquisa comprometidas com o ensino escolar público (entre eles, o movimento "Professores contra o ESP"), como uma espécie de "neomacarthismo", criador de táticas delatórias, de criminalização e de coibição dos atos docentes e da formação escolar, que funciona com a dispersão compulsória de mentiras e acusações que acabam se tornando verdades nos meios de comunicação, nas redes sociais e nas pedagogias escolares e culturais que permeiam a vida de professoras/es, estudantes e famílias.

A categoria política gênero, portanto, está arrastada pelo ESP junto a uma difusa rede de discursos totalitários, dogmáticos e fascistas, encarregados de realizar uma superposição de enunciados que relativizam, por meio de dicotomias, explicações, propagandas e cartilhas de divulgação, todo e qualquer assunto relativo à desestabilização dos papéis sexuais mantidos pelo status quo, todo entendimento sobre homo, lesbo e bi afetividade, toda pauta de direitos de mulheres, de classes e de etnias, e toda tentativa de não marginalizar as alteridades e as sexualidades diferenciadas nas escolas. Esses enunciados colocam em evidência não os direitos sociais, mas, sim, um apelo religioso e moral que categoriza e impõe um tipo de sociedade biopolítica, controlada e normatizada.

Artigo recebido em: 25/08/2017
Aprovado para publicação em: 11/12/2017

THE "ESCOLA SEM PARTIDO" AND THE "GENDER IDEOLOGY" DISCOURSE

ABSTRACT: In a discursive analysis supported by Foucauldian and feminist theorizations, the present article points out the ideological distortions of the "Escola sem Partido" (ESP), the constitutive effects of the laws in process and the effects of device that strain to docilizar the bodies, to erase the otherness and school diversity and generate a counterpoint to the cultural construction of the gender. ESP is a neoliberal proposition that fits with conservative interests and performs a school biopolitics. The intersection with the fight against a supposed "gender ideology", the refusal of feminism and militancy and the coalition with other conservative movements are highlighted, throughout writing, as devices that threaten freedom of expression, teaching practices and Plurality of ideas in Brazilian schools.

KEYWORDS: Genders. Feminism. School Without a Party. Biopolitics. Discourses.

LA ESCUELA SIN PARTIDO Y EL DISCURSO SOBRE UNA SUPOSTA "IDEOLOGÍA DE GÉNERO"

RESUMEN: En el análisis discursivo amparado por teorizaciones foucaultianas y feministas, el presente artículo apunta las distorsiones ideológicas de la Escuela Sin Partido (ESP), los efectos constitutivos de los proyectos de ley en tramitación y los efectos de dispositivo que tensan docilizar los cuerpos, borrar la alteridad y la diversidad escolar y generar la contraposición a la construcción cultural del género. El ESP es una proposición de cuño neoliberal que se coliga con intereses conservadores y performa una biopolítica escolar. El cruce con el combate a una supuesta "ideología de género", el rechazo del feminismo y de la militancia y la coalición con otros movimientos conservadores se destacan a lo largo de la escritura como dispositivos que amenazan la libertad de expresión, las prácticas docentes y la Pluralidad de ideas en las escuelas brasileñas.

PALABRAS CLAVES: Géneros. Feminismo. Escuela sin Partido. Biopolítica. Discursos.

Notas

1) Este texto é uma versão ampliada do trabalho apresentado no 11º. Seminário Internacional Fazendo Gênero, promovido pela UFSC, em 2017.

2) Think Tanks são instituições partidárias ou não governamentais que se alinham, quase sempre, a pensamentos conservadores e às posturas neoliberais de mercado. Agem estrategicamente na tomada de decisões políticas, econômicas e científicas e na disseminação de suas ideias junto às pessoas leigas. O Instituto Millenium defende o livre mercado, a meritocracia, o reconhecimento da propriedade privada, visando nas instituições de ensino superior, escolas públicas e privadas a articulação com jovens e a promoção da perspectiva tecnicista do ensino e da aprendizagem.

3) O Ministério Público Federal e a Procuradoria dos Direitos do Cidadão emitiram a Nota Técnica Nº 2/2017 que dispõe sobre a inconstitucionalidade das notificações extrajudiciais e das medidas persecutórias do ESP, dando destaque à ilegalidade de censura e coibição das discussões sobre gênero e orientação sexual nas escolas.

4) Entendemos como Queers as pessoas que geram desestabilizações no sistema de classificação binário e que não se identificam com os corpos normativos e as padronizações impostas.

5) Recentemente o destaque maior em torno do combate à suposta "ideologia de gênero" tem sido dos setores evangélicos, dado ao aumento considerável do número de representantes no legislativo e dos partidos que encampam essa ideia e o ESP, como exemplo, o Partido Social Cristão (PSC), com cerca de 20 PL apresentados para a adesão do ESP à LDB/96.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, F.A.; POLIZEL, A.L.

BARRETO, AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARAGUSUKU, H. A. "Ideologia de gênero" como estratégia político-sexual e a reação do conservadorismo no Brasil. *Anais do VIII Congresso Internacional de Estudos Sobre a Diversidade Sexual e de Gênero*, UFJF, Juiz de Fora, p. 01-09, 2016.

BUTLER, J. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Cuerpos que importan - sobre los límites materiales y discursivos del sexo*. Buenos Aires: Paidós, 2012.

CARA, D. O programa "Escola sem Partido" quer uma escola sem educação. In: SOUZA, A.L.S. (Orgs.). *A ideologia do Movimento Escola sem Partido*. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 23-48.

CARVALHO, F.A.; POLIZEL, A.L. Biopolíticas de negação ao gênero e ao Feminismo no Movimento Escola sem Partido. In: *Anais do 11º Seminário Internacional Fazendo Gênero*, XI, 2017, Florianópolis (SC). Florianópolis: UFSC, 2017, p. 01-12.

ESCOLA sem partido. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade - a vontade de saber*. 14a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. *Arqueologia do Saber*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

JUNQUEIRA, R. D. "Ideologia de gênero": a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma "ameaça à família natural"? In: RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C. (Orgs.). *Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade*. Rio Grande: Editora da Furg, 2017. p. 25-52.

LACERDA, M. B. "Ideologia de gênero" na câmara dos deputados. In: *Anais do 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, Belo Horizonte, p. 01-22, 2017.

O'LEARY, D. *The gender agenda*. Vital Issues Pres: Lafayette, 1997.

PEETERS, M. *O gênero: uma norma política e cultural mundial*. São Paulo: Paulus, 2015.

SANTOS, N. P. *Desregulamentação, instrumentalização do religioso e reconfiguração das relações de gênero*. Mandrágora, São Paulo, v. 21, n. 21, p. 99-11, 2015.

SCALA, J. *Ideologia de Gênero: o neototalitarismo e a morte da família*. São Paulo: Kathechesis / Artpress, 2011.

CARVALHO, F.A.; POLIZEL, A.L.

SCALA, J. *La ideología del género o el género como herramienta de poder*. Rosário: Ediciones Logos Ar, 2010.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez, 1995.

SILVA-MARTINS, I. G.; BARROS-CARVALHO, P. (Orgs). *Ideologia de Gênero*. São Paulo: NOESSES / União dos Juristas Católicos de São Paulo, 2016.

SPIVAK, G. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

VILLAZÓN, J. C. Viejas y nuevas derechas religiosas en América Latina: los evangélicos como factor político. *Revista Nueva Sociedad*, Nueva Sociedad, n. 254, Noviembre-diciembre, s/p, 2014.

XIMENES, S. O que o direito à educação tem a dizer sobre “Escola Sem Partido”? In: SOUZA, A. L.S et al (Orgs.). *A ideologia do Movimento Escola sem Partido*. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 49-58.

FABIANA APARECIDA DE CARVALHO: Licenciada em Ciências Biológicas (UNESP), Mestre em Educação (UNICAMP), Doutora em Educação para a Ciência e a Matemática (UEM). Professora Departamento de Biologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM)

E-mail: facarvalho@uem.br

ALEXANDRE LUIZ POLIZEL: Licenciado em Ciências Biológicas (UEM). Mestrando em Ensino de Ciências e Educação Matemática pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática, Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina (PR), Brasil.

E-mail: alexandre_polizel@hotmail.com
